ATA Nº 98

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezessete horas, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Habitação, na Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, com a presença dos seguintes conselheiros: Mariela Estevão Antunes, Lilian F. M. Gonçalves, Edilson Zandomeneco Antunes, Maiara de Pieri Pazeto Sumariva, Arthur Filipe Weiers Britzke, Fernando Bueno, Cleuton Farias Gomes, Gabriela Mendonça Carvalho e José Ricardo Comelli. O presidente, Sr. Cleuton Farias Gomes, deu início à reunião cumprimentando os presentes, registrando as justificativas de ausência recebidas e ressaltando a importância do quórum atingido para a validade das deliberações. Foram apresentadas as correspondências expedidas: Memorando nº 24.365/2025 – Despacho nº 2 para a Procuradoria Jurídica; Memorando nº 27.008/2025 para a Secretaria de Infraestrutura; e e-mail encaminhado à Caixa Econômica Federal – CEFUS. Em seguida, registraram-se as correspondências recebidas: e-mail da CEFUS confirmando o recebimento, em 14 de agosto de 2025, via Correios, dos documentos físicos enviados pelo Município de Tubarão/SC, informando que a documentação está em análise com prazo de até 20 dias úteis para conclusão; e resposta ao Memorando nº 27.008/2025, em que a Secretaria de Infraestrutura confirmou a presença do Sr. Edilson Zandomeneco como representante na reunião do Conselho. Foi registrada a Resolução nº 18/2025 e colocada em votação a Ata nº 97, aprovada por unanimidade. O presidente informou que a próxima reunião será de caráter eletivo, inicialmente prevista para o dia 08 de outubro, e propôs a alteração da data para o dia 15 de outubro de 2025 (quarta-feira), em razão da relevância da pauta. A proposta foi submetida ao colegiado e aprovada por unanimidade. Na sequência, foram lidos trechos do Regimento Interno, esclarecendo que a Diretoria Executiva é composta por presidente, vice-presidente e secretário(a) geral. Ressaltou-se que a Sra. Marília atua como secretária executiva dos conselhos, mas não integra a Diretoria do Conselho, devendo essa distinção constar em ata. Foi relatado que toda a documentação referente à regularização do Conselho e demais registros foi enviada pelos Correios e recebida em 14 de agosto de 2025, estando em análise pela Caixa Econômica Federal – CEFUS. O presidente reforçou a importância de manter todas as resoluções publicadas no site da Prefeitura, garantindo transparência aos atos. O colegiado discutiu a ausência do repasse das taxas de fiscalização ao Fundo Municipal, deliberando que o tema será novamente cobrado junto ao Executivo e ao Legislativo, a fim de assegurar os recursos destinados às ações de habitação. Também foi comunicada a realização da Audiência Pública sobre o Estudo Técnico Socioambiental, no dia 16 de setembro de 2025, às 16 horas, na Câmara de Vereadores. Os conselheiros manifestaram preocupação quanto à baixa divulgação do evento, o que poderia comprometer a representatividade. Ressaltou-se que o estudo é essencial para os processos de regularização fundiária (REURB), para a revisão do Plano Diretor e para os encaminhamentos junto ao CONDEMA. Na sequência, a conselheira Maiara falou sobre o Programa Lar Legal, informou que foram identificados a existência de aproximadamente 66.000 imóveis sem informação de matrícula. Sugeriu-se priorizar a identificação de núcleos passíveis de inclusão em programas de regularização fundiária, contando com a colaboração de associações comunitárias e entidades representadas. Foi informado ainda

que alguns núcleos já se encontram em processo de regularização, sendo necessário levantar novos casos para encaminhamento. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.